

Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro

Márcio Medeiros (marciobmedeiros@uol.com.br)*

Elimar Nascimento (elimar.nascimento@uol.com.br)**

Resumo

Os conflitos socioambientais envolvendo unidades de conservação ganharam visibilidade maior nas últimas duas décadas no Brasil, em parte pelo crescimento da consciência ambiental e do turismo e em parte pelo aumento do número das unidades de conservação. Neste artigo os autores analisam os conflitos envolvendo uma pequena localidade, a vila do Aventureiro, situada na Ilha Grande (RJ). Mais especificamente, a vila fica na Reserva Biológica da Praia do Sul, e sua praia está contida no Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Após uma breve descrição do local, utiliza-se a metodologia de análise dos atores para demonstrar a natureza dos conflitos e suas inter-relações. Conclui-se pela sobre determinação do conflito manifesto (órgão estatal x população residente) pelos conflitos latentes (grandes investidores de turismo x população residente e órgão estatal), indicando-se como a evolução do conflito manifesto pode superar a bipolarização por meio da redefinição do estatuto jurídico da área em disputa com preservação da natureza e atendimento das necessidades da população local.

Palavras-chave: conflito socioambiental; conservação ambiental; populações tradicionais; desenvolvimento sustentável; turismo sustentável; sustentabilidade.

Abstract

The environmental conflicts involving protected areas have had more visibility for last two decades in Brazil. By one side, because of the growth of environmental sense and tourism and, by other side, because of increasing number of conservation areas. The aim of this paper is analyzing the conflicts concerning a small place of Ilha Grande (Rio de Janeiro, Brazil) called the Vila do Aventureiro. That village is located in the Biological Reserve of Praia do Sul and its sea zone is part of Marine State Park of Aventureiro. After a brief description of the place, the methodology of stakeholder analysis is used to demonstrate the root of conflicts and their interrelations. The conclusion is about over determination of manifested conflicts (government x local population) by imminent conflicts (major tourism investors x local population and government). It points how the evolution of manifested conflicts can overcome the bipolarization through the redefinition of the legal status of the disputed area allied to preservation of nature and respecting the needs of the local population.

Key-words: environmental conflict; environmental conservation; traditional populations; sustainable development; tourism; sustainable tourism; sustainability.

Introdução

A ocupação da Ilha Grande, situada em baía de mesmo nome, no município de Angra dos Reis - RJ, remonta ao século XVII. Denominada "Povoação de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande" (1624), a ocupação da ilha, que foi possivelmente reconhecida na expedição chefiada por André Gonçalves (1502), obedecia a interesses estratégicos da Coroa Portuguesa, preocupada com o comércio praticado entre índios e embarcações holandesas, francesas e inglesas na região (Machado, 1995).

Maior ilha do litoral fluminense, com 193 km², a Ilha Grande experimentou inúmeros ciclos econômicos: exploração da cana de açúcar, criação de gado, entreposto de escravos, área de quarentena para tripulações enfermas originárias de longas viagens e até repositório de presos políticos e comuns.

Localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, separa-se do continente por uma baía de mesmo nome. Para efeitos político-administrativos a Ilha Grande está contida no município de Angra dos Reis e sua gestão deve ser considerada em um escopo mais amplo, visto que a baía da Ilha Grande conta com mais de três centenas de ilhas e ilhotas que formam o "arquipélago"¹ mais denso de todo o litoral brasileiro.

A vegetação predominante na Ilha Grande é a mata atlântica. Por seu relevo acidentado - o ponto mais elevado, a Pedra D'água, está a mais de 1.000m de altitude - apresenta todas as fitofisionomias possíveis a esse bioma. Por essa razão, e pelo fato de estar relativamente isolada do contato humano mais direto (o acesso só é possível por mar ou pelo ar), ela desperta grande interesse preservacionista, sobretudo do órgão ambiental estadual.

Embora tenha origens diferenciadas a população local é normalmente

caracterizada como predominantemente formada por "caiçaras"², pessoas que vivem da agricultura de subsistência e da pesca há muitos anos. Com o fechamento do presídio e o "boom" do turismo essa atividade econômica passou a constituir a grande alternativa às perdas de produtividade da atividade pesqueira. Contudo, a falta de estrutura e de qualificação da população local levou ao desenvolvimento de atividades degradantes e à invasão da ilha por forasteiros em aproveitamento da exploração econômica da cadeia produtiva do turismo.

O turismo desenvolve-se na região apenas a partir da construção da estrada Rio-Santos (1974) e sua pavimentação (1980). A desativação do Instituto Penal Cândido Mendes (1994) dá ainda mais impulso a essa atividade econômica. Desde então, "a Ilha Grande começou a tornar-se gradualmente um destino turístico muito procurado" (Mendonça, 2008, p. 2).

Paralelamente a essa expansão da atividade turística, "o reconhecimento da problemática ambiental, vem, em números redondos, do fim dos anos 60, começo dos anos 70, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972" (Sachs, 2007, p. 30). Nas décadas de 1970 e 1980 várias unidades de conservação foram criadas na região, destacando-se: o Parque Estadual da Ilha Grande (Decreto Estadual nº 15.273, 26/6/1971); a Reserva Biológica da Praia do Sul (Decreto Estadual nº 4.972, 2/12/1981); a Área de Proteção Ambiental de Tamoios (Decreto Estadual nº 9.452, 5/12/1986) e a Reserva Biológica da Ilha Grande (Decreto Estadual nº 9.728, 6/3/1987). Mais recentemente, como resultado de pressões dos movimentos ambientalistas foram criados a Estação Ecológica Tamoios (Decreto nº 98.864, 23/1/1990) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (Decreto Estadual nº 15.983, 27/11/1990). As unidades

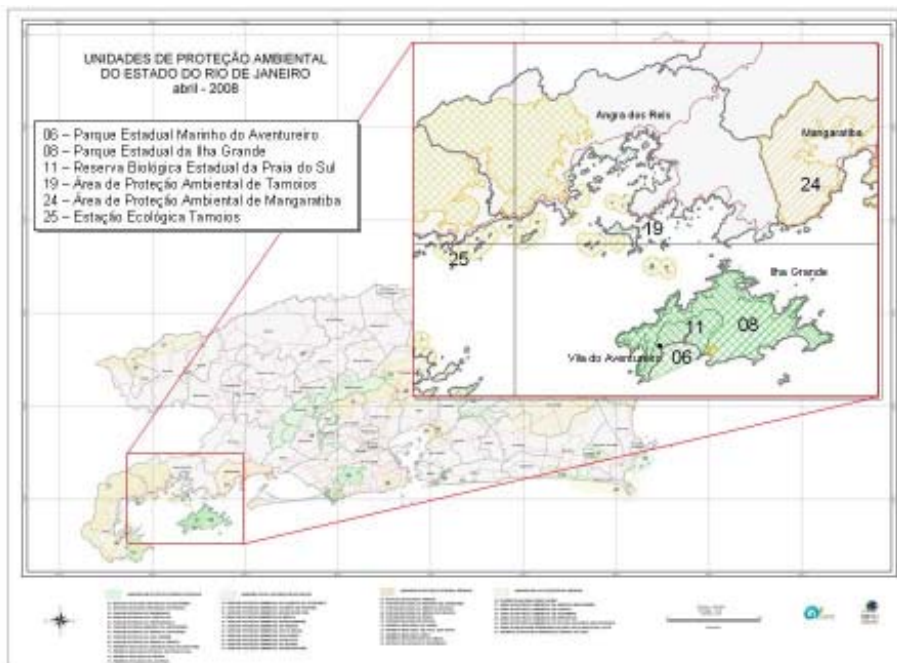
* Mestrando em desenvolvimento sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, graduado em ciências navais pela Escola Naval e analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E-mail: marciobmedeiros@uol.com.br

** Doutor em Sociologia pela Université de Paris V (René Descartes), Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável e professor do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: elimar.nascimento@uol.com.br

1. Não é comum referenciar o conjunto de ilhas da baía da Ilha Grande como "arquipélago". O termo foi utilizado pelos autores exclusivamente por ser o coletivo de ilhas e representar "conjunto de ilhas dispostas em grupo numa superfície marítima de maior ou menor extensão" (Houaiss, 2009).

2. As populações caiçaras são aquelas que viviam no litoral brasileiro desde o Rio de Janeiro até o norte de Santa Catarina, constituídas por mestiços de indígenas, brancos e negros, e que são associadas à agricultura itinerante, à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal (Ferreira, 2004, p. 39).

Figura 1. Unidades de Proteção Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (abril - 2008)



Fonte: Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF/RJ

de proteção ambiental em Angra dos Reis - RJ estão apresentadas na figura 1 e caracterizadas em anexo.

Estes dois fenômenos, a expansão do turismo e o crescimento da consciência ambiental, vão influenciar decisivamente a vida das populações da Ilha Grande a partir dos anos 1970/80 e servir de ingredientes fundamentais aos conflitos socioambientais que se desenvolvem nos anos seguintes. Este artigo, ao focar uma das comunidades da Ilha Grande, a Vila do Aventureiro, pretende, por meio de um estudo de caso, caracterizar e brevemente analisar os conflitos locais, tentando apontar por meio deste exemplo como, por vezes, estes se expressam envolvendo populações locais, proteção dos recursos naturais e expansão da atividade econômica do turismo.

Para tanto, os autores utilizaram metodologia inspirada em Assad (2002), Assad, Litre e Nascimento (2009) e Nascimento (2001).

Na metodologia adotada busca-se a construção de um "extrato da dinâmica social" existente, onde os atores são categorizados, caracterizados e classificados

de forma que se tenha uma definição clara do papel, interesses, conflitos e alianças de cada um, para, posteriormente, definir o relacionamento destes em arenas de interações específicas e na grande arena que sintetiza o processo de desenvolvimento sustentável (Assad, 2002, p. 156).

A comunidade do Aventureiro

Antes de identificar, caracterizar e analisar as conflituosas relações socioambientais na Vila do Aventureiro, faz-se mister justificar a escolha deste local como objeto de estudo.

Localizada na porção sul da Ilha Grande, voltada para o Oceano Atlântico, a Vila do Aventureiro, graças à sua posição geográfica, esteve, até certo ponto, imune aos impactos da explosão do turismo que assolou, sobretudo, a porção da ilha voltada para o continente.

Habitada por uma população tida como "caiçara", apesar de suas origens diferenciadas e com temporalidades, no local, também distintas³, a Vila do Aventureiro apresenta no início do século XXI um modelo

3. Ferreira (2004, p 39) chega a afirmar que esta é a população mais tradicional do Rio de Janeiro.

de turismo caracterizado como de base comunitária⁴ (Mendonça, 2008, p. 3). Contudo, desde 2 de dezembro de 1981, por força da edição do Decreto Estadual nº 4.972, a Vila do Aventureiro encontra-se inserida na Reserva Biológica da Praia do Sul, tipo mais restritivo de unidade de conservação, que não tolera "a presença de moradores e muito menos de turistas" (Ferreira, 2004, p. 12). Essa condição (de área de proteção integral) conflita com o desenvolvimento do turismo na vila e põe em risco, inclusive, a própria permanência dos nativos na região.

Não bastasse a vila estar situada em uma reserva biológica, sua praia está contida no Parque Estadual Marinho do Aventureiro, unidade de conservação, com característica de elevada restrição à exploração humana, implantada pelo Decreto Estadual nº 15.983, de 27 de novembro de 1990.

São esses elementos que, na visão dos autores, fazem da Vila do Aventureiro um interessante objeto de estudo e análise da sustentabilidade do desenvolvimento de uma comunidade tradicional envolvida, simultaneamente, em expansão de atividade turística e residente em área de proteção ambiental.

Principais atores da Vila do Aventureiro

O espaço sociogeográfico da Vila do Aventureiro é construído por diversos atores, presentes fisicamente ou não, tanto encaixados na sociedade como no setor público estatal e público não estatal, que aqui são apresentados, de maneira sucinta, em seus respectivos espaços.

Esfera Federal

O Governo Federal faz-se representar na região, sobretudo, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, órgão que substituiu o Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA na responsabilidade pela gestão da Estação Ecológica de Tamoios, criada pelo Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990. Adicionalmente, a Marinha do Brasil, responsável pelo patrulhamento costeiro desponta como o segundo órgão federal com maior presença no cotidiano da região em estudo.

A atuação do ICMBio junto à Vila do Aventureiro replica a postura contraditória observada em outras unidades de proteção integral habitadas por populações tradicionais (ou não) que vivem da pesca, da agricultura de sobrevivência e de pequenos trabalhos. Essa postura reflete o conflito existente entre preservacionistas e socioambientalistas, já presente no processo de promulgação da Lei nº 9.985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Se por um lado, o SNUC busca repelir a presença humana em unidades de proteção integral (Art. 42), por outro, permite a presença das populações locais, consideradas como tradicionais, compatibilizando os objetivos da unidade de conservação com os modos de vida dessas populações até que seja possível efetuar seu reassentamento, ou seja, sem limite de tempo definido (Art. 42, §2º).

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e

4. Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. São projetos de turismo que devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais, por meio do envolvimento participativo dessas comunidades desde o início (WWF-Brasil, 2001 apud Mendonça, 2004, p. 14).

ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento. [Decreto nº 4.340/02]

Como resume Leuzinger,

enquanto não for possível ao Poder Público realizar o reassentamento, deverão os grupos permanecer no interior das UCs [unidades de conservação], garantidos seu modo de vida, as fontes de subsistência e os locais de moradia, estabelecendo-se, com a participação das comunidades envolvidas, normas e ações que visem compatibilizar a presença das populações tradicionais com os objetivos do espaço ambiental, nos termos do § 2º do art. 42 da Lei nº 9.985/00 (2007, p. 187).

Evidentemente que estas considerações presentes na lei nem sempre são respeitadas, pois as UCs nascem muitas vezes de processos pleno de defeitos técnicos, sem atentar para a história do local, suas características gerais e a presença humana. Os estudos muitas vezes são mal feitos, incompletos e mesmo contraditórios como constataram entre outros Leuzinger (2007) e Matteucci (2003).

A Marinha do Brasil concentra sua atuação na fiscalização das condições e documentações das embarcações que transitam na Baía da Ilha Grande, sem atentar de modo mais aprofundado para os crimes ou contravenções que possam estar por elas sendo praticado em relação à legislação ambiental.

Esfera Estadual (estatal)

Representa a esfera de poder público mais atuante na região. Tanto a Reserva Biológica da Praia do Sul, como o Parque Estadual Marinho do Aventureiro são geridos pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA, criado em 2007 para substituir a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema, que os administrava anteriormente, a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - Serla e a Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF e que tem por missão proteger, conservar e recuperar o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Apesar de muitos dos técnicos da antiga Feema, atual INEA, defenderem o entendimento socioambientalista de que os moradores do Aventureiro devem continuar ali, outros tantos compartilham do ideal preservacionista. Com isso, o órgão estadual de meio ambiente é o que apresenta a postura menos permissiva no que se refere à presença humana no interior da Reserva Biológica da Praia do Sul, em conformidade com depoimentos de moradores da Vila do Aventureiro.

Um pescador de cinquenta anos, dono de roça, camping, bar e barco, em entrevista a Ferreira, falou que a Feema cadastrou toda a comunidade em 1994, considerando-os ocupantes da região e tendo declarado, que "nem os terrenos, nem as casas e nenhuma benfeitoria são da comunidade". Segundo suas palavras: "o que incomoda é não poder construir casa para os filhos. Eles querem que nossos filhos cresçam e vão embora, porque aí os mais velhos vão morrendo até não ficar mais ninguém aqui. Mas eles estão muito enganados..." (Ferreira, 2004, p. 85).

A implantação de unidade de conservação em área habitada por população tradicional rompe com suas

práticas culturais. As limitações impostas ao uso do solo e dos recursos disponíveis no meio ambiente, além da negação à propriedade da terra, inserem os residentes em um ambiente de extrema incerteza. Nas palavras de Matteucci, "são donos de fato [porque habitam o lugar], mas não mais de direito de suas próprias terras", porque lhes negam o título de propriedade e limitam-lhes o uso do solo e a exploração dos recursos naturais. Enfim, "são hóspedes de si mesmos", aprisionados em uma situação que não atende integralmente aos interesses globais da conservação ambiental, nem garante às comunidades tradicionais ocupantes da área a mínima condição para sua sustentabilidade (Matteucci, 2003).

Esfera da Administração Municipal

A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, em contraponto à posição adotada pelas demais esferas, sobretudo o Governo Estadual, privilegia as políticas voltadas para o crescimento econômico, ainda que contrariando, em essência, a vocação conservacionista da Ilha Grande. Nas diretrizes que balizaram o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), em 2002, ficou definido que

grande proporção dela [Ilha Grande] é descrita como Zona de Interesse Turístico 4 (ZIT 4), "destinada ao turismo de veraneio de grande porte com área construída de mais de 1.000 m², com taxa de ocupação de 75% (percentagem da área do terreno que pode ser ocupada pela construção) e coeficiente de aproveitamento igual a três (coeficiente pelo qual se multiplica a área do terreno para definir a área total a ser construída). Exemplo: resorts, hotéis, marinas, restaurantes, bares, shoppings, clubes esportivos, apart-hotéis, parques temáticos, similares" (Diretrizes para a Elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis, PMAR, 2002).

Esfera local

A esfera local é formada pelos diversos tipos de moradores da vila e suas organizações ou movimentos, mas também por aqueles que frequentam a vila com certa constância e, por isso, conservam boas relações com os moradores permanentes e se envolvem em suas lutas e mobilizações.

Associação dos Moradores da Vila do Aventureiro

Os moradores ou residentes da Vila do Aventureiro se exprimem por meio de uma entidade que diz representar a população da vila, sendo um dos atores mais ativos no processo de garantia da manutenção da habitabilidade por sua população. Defende a tese de que jamais podem ser acusados de degradar o ambiente em que residem, ao contrário, argumentam que "Se não fosse nós... aí do Aventureiro", numa menção clara de que se o Aventureiro foi preservado até hoje isso se deve em boa medida à presença dessa população caiçara⁵ (Prado, 2000, p. 18).

Embora seja tema controverso, Ferreira (2004, p. 39) afirma que muitos "ambientalistas, governamentais ou não, principalmente os identificados com o pensamento sócio-ambientalista", classificam os moradores do Aventureiro como "a mais tradicional", "população caiçara", do Estado do Rio de Janeiro, remanescente das que teriam habitado amplas faixas litorâneas no passado". Essa classificação advém do fato de viverem no litoral fluminense, serem constituídos por "mestiços de indígenas, brancos e negros" e terem suas atividades econômicas fortemente "associadas à agricultura itinerante, à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal".

Essa população é formada basicamente por três grupos: i) os moradores nativos, que nasceram e residem no Aventureiro; ii) os moradores incorporados,

5. O fato de serem classificados como "caiçaras" é o que caracteriza os moradores do Aventureiro como uma população tradicional.

também considerados "locais" que apesar de não terem nascido, moram, por força de casamento ou outro motivo, na Vila; e iii) os residentes secundários, ou "veranistas", que adquiriram casas de nativos que se foram - não moram no local, mas frequentam assiduamente a Vila, em geral, com bom trânsito entre os nativos (Ferreira, 2004, p. 75).

Ambientalistas locais

Grupo formado por residentes da Ilha Grande preocupados em garantir a solução dos principais problemas socioambientais da ilha como um todo. Sua atuação caracteriza-se, sobretudo, pelo poder de pressão junto aos órgãos governamentais (de todas as esferas) no sentido de garantir a atuação de cada um deles no

saneamento das áreas de concentração populacional, coleta, tratamento e destinação do lixo produzido, recuperação de áreas degradadas, ordenamento da ocupação dos imóveis do Estado, definição de limites para o acesso de visitantes e consolidação de regras para a realização de obras e construções (Ferreira, 2004, p. 66).

Os ambientalistas locais foram os responsáveis diretos pela negociação de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, em 2002, visando envolver de forma mais objetiva o poder público nas questões socioambientais da Ilha Grande. Não obstante a assinatura do TAC, Ferreira afirma que "na prática, no entanto, até o momento, apesar de já se terem completado dois anos [2002-2004] da assinatura deste documento, suas proposições não foram nem mesmo parcialmente concretizadas" (Ferreira, 2004, p. 66).

Esse ator social, ainda que constituído por indivíduos alinhados a múltiplas ideologias, apresenta uma voz predominantemente influenciada pela orientação socioambientalista, que o caracteriza por adotar uma posição de busca

de equilíbrio entre a defesa da conservação ambiental e a luta pela manutenção do estilo de vida das populações tradicionais que habitam a Ilha.

Esfera socioambiental

Formada por Organizações não governamentais que atuam no local e moradores "não residentes" localmente.

Organizações Não Governamentais

Organizações Não Governamentais - ONGs que buscam reavivar a cultura popular e têm presença marcante na região. Sua atuação junto aos moradores caracteriza-se pela exploração de trabalhos relativos à cultura popular, "atuando com crianças, mostrando para elas lendas e cantigas populares" (Ferreira, 2004, p. 76).

Ao mesmo tempo, essas ONGs buscam nos relatos dos mais idosos o resgate da cultura tradicional daquela população. Ao aproximar a experiência dos mais velhos à jovialidade dos mais novos, buscam restaurar e perenizar costumes que estavam em risco em razão da forte influência de outras culturas externas que, por sua forte presença, decorrente da elevada atividade turística, influenciam, sobretudo as novas gerações.

A implantação efetiva da Reserva Biológica da Praia do Sul também foi preocupação de ONGs. Como exemplo, a sede da Reserva Biológica, construída na praia do Aventureiro em 1986, contou com o apoio do World WideFund for Nature - WWF.

Mais recentemente, as ONGs CODIG (Comitê de Defesa da Ilha Grande), SAPÉ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica) e ISABI (Instituto Socioambiental da Baía da Ilha Grande) têm atuado na viabilização de uma solução negociada para converter a classificação da Reserva Biológica da Praia do Sul em uma unidade de conservação de uso sustentável (Madeira Filho e Hagino, 2008, p. 11).

Atores moradores não residentes

Ao contrário dos moradores incorporados, esse ator social caracteriza-se por não viver os problemas existentes no Aventureiro e frequentar a região somente nos meses de férias com o intuito tanto de se divertir como de ganhar algum dinheiro com a exploração da atividade turística, em alta nesse período.

Apesar de serem "da família", são vistos pelos moradores (nativos ou incorporados) com certa restrição, pois disputam mercado com eles na prestação de serviços turísticos e não exercem nenhuma pressão no sentido de defender a comunidade do Aventureiro.

Esfera do mercado

Nessa esfera convivem especuladores e empreendimentos turísticos e os próprios turistas, que movimentam o fluxo monetário e de serviços local.

Grandes empresários do turismo

Representam um ator social ainda de pouca expressão no Aventureiro, cuja localização geográfica voltada para o mar aberto dificulta o acesso à região. Some-se a isso o fato da Vila estar situada dentro de uma reserva biológica e sua praia fazer parte de um parque ambiental marinho. Essas restrições logísticas e ambientais legais elevam em muito o risco de qualquer iniciativa de maior porte envolvendo a exploração do turismo.

A relativa "clandestinidade" vivida pelos locais ao explorarem o turismo de base comunitária não tem paralelo com o modelo de turismo normalmente explorado pelos grandes grupos mantenedores de resorts, parques temáticos e outros empreendimentos desse porte.

Contudo, o relato de Ferreira (2004) denota que, mesmo com todas as restrições logísticas e ambientais legais, há quem aposte na exclusão da Vila do Aventureiro dessas unidades de proteção integral e especule com isso.

Há, no entanto, uma casa que foi construída mais recentemente, com dimensões e aspecto diferentes das outras do Aventureiro, e que embora tenham utilizado bambu na parte externa de quase todas as paredes como decoração, é feita em alvenaria e possui telhado de telhas francesas, de boa qualidade. Nota-se claramente que seu estilo procura forjar uma aparência "local", de rusticidade. Seu proprietário não voltou lá depois da construção. Segundo informações de empregados seus que encontrei na trilha para Provetá e que estavam indo fotografá-la, não pretende vender, alugar ou frequentar. Pelo que me disseram outras pessoas com quem comentei sobre a casa e seu dono, parece estar aguardando que o Aventureiro saia da Reserva para implantar ali um hotel ou algo semelhante. (Ferreira, 2004, p. 78)

Turistas

Os turistas representam um papel crucial no modelo de desenvolvimento do Aventureiro. São eles os principais responsáveis pela manutenção da economia local, anteriormente de subsistência, mas que foi fragilizada pelo declínio da produtividade da atividade pesqueira. Apesar de a atividade turística ser concentrada basicamente no verão, é ela que garante a sobrevivência e alguma qualidade de vida aos moradores da Vila do Aventureiro ao longo de todo o ano.

Os turistas que frequentam a região são classificados em dois grupos: i) os habitues que já são clientes fiéis de campings ou de quartos alugados pelos moradores; e ii) os recentes (ou de passagem), que visitam o local por estarem cruzando as trilhas da Ilha Grande e, eventualmente, pernoitam no Aventureiro.

Em razão da característica da presença eventual na região e, sobretudo, pelo fato de consumirem em algum grau os

mesmos produtos e serviços (alimentação e hospedagem) pode-se somar a esses grupos de turistas outros frequentadores do Aventureiro, como funcionários do INEA, pesquisadores e outros funcionários públicos que para lá se destinam a trabalho.

Ambientes de interações e relacionamentos

Para melhor caracterizar as interações e relacionamentos dos diversos atores sociais anteriormente descritos, pode-se explorar três ambientes que, de certo modo, sintetizam os principais conflitos envolvendo a Vila do Aventureiro.

O primeiro ambiente reforça o imperativo da preservação ambiental na Ilha Grande, reunindo em seu âmbito membros dos órgãos responsáveis pela preservação ambiental e gestão das UCs, tanto no plano estadual quanto federal.

O segundo explora a vida em comunidade na Vila do Aventureiro e é composto por parte dos membros dos órgãos supracitados, grande parte de seus moradores e ONGs ambientalistas que atuam no local.

O terceiro ambiente aborda o turismo como atividade econômica com potencial para promoção de um desenvolvimento em bases sustentáveis. Ele é habitado pelos moradores que vivem desta atividade econômica, pelos moradores de verão e pelos diferentes tipos de turistas que frequentam a vila.

Como se pode notar nem todos os habitantes de cada um destes ambientes são exclusivos, pois o mesmo ator pode estar em um ambiente ou outro.

A conjugação dos três ambientes específicos, apresentado sinteticamente a seguir, procura evidenciar as interações e relacionamentos do processo de desenvolvimento sustentável da Vila do Aventureiro, que se faz por meio dos conflitos que os atravessam.

Com o intuito de representar a polarização ou convergência de objetivos, a metodologia utilizada, desenvolvida por Assad (2002) e adaptada pelos autores, associa aos atores sociais imagens dos naipes de ouro e paus do baralho. A tônica da interação desses atores sociais, em regra, polariza, de um lado, defensores da preservação ambiental e, de outro, defensores do desenvolvimento da indústria turística.

Apenas por uma necessidade de classificação e adotando o critério do interesse global ante o interesse individual, aqueles atores mais alinhados à preservação ambiental serão identificados como "naipe de ouro" e, conseqüentemente, os atores mais alinhados ao desenvolvimento da indústria do turismo na Vila do Aventureiro serão identificados como "naipe de paus". No meio do caminho está o interesse local daqueles preocupados com a manutenção do estilo de vida da comunidade caiçara da Vila do Aventureiro. Esses atores são identificados por ambos os naipes por compartilharem tanto ideais preservacionistas como industrialistas.

Mapa de interações e relacionamentos dos atores envolvidos

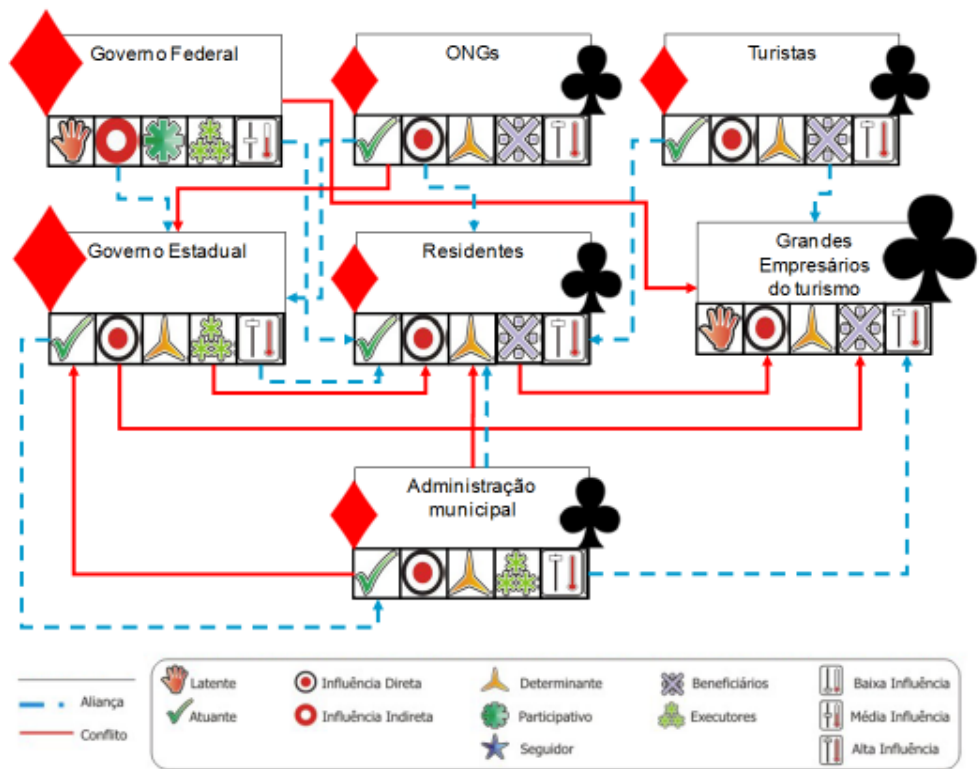
O mapa de interações e relacionamentos dos atores envolvidos retrata as características dos principais atores sociais e as relações de conflitos e alianças entre eles. No mapa observa-se que há duas posições extremadas muito claras, ocupadas pelos preservacionistas do INEA (apesar de, aparentemente, não serem maioria no instituto) e pelos industrialistas do turismo. No meio termo, preocupados com sua sobrevivência e com a conservação do ambiente onde residem, estão aqueles que defendem a exploração do turismo de base comunitária como uma forma sustentável de manter preservada a região sem que para

isso se tenha que expulsar um dos animais de seu habitat, o ser humano.

A classificação de atores e a descrição das interações, que acompanham o mapa

de interações e relacionamentos dos atores envolvidos, apresentam a descrição de todos os relacionamentos conflituosos e de alianças vividos pelos atores sociais.

Figura 2. Mapa de interações e relacionamentos dos atores envolvidos



Quadro 1. Classificação de atores e descrição das interações

ATOR	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DE INTERAÇÕES E RELACIONAMENTOS
Governo Federal		<p>Conflitos: (→) O Governo Federal considera inadequada a instalação de grandes empreendimentos turísticos em área de proteção integral.</p> <p>Alianças: (→) O Governo Federal apóia a causa dos residentes e põe em questionamento as restrições impostas pelo SNUC. Tem profunda relação com o órgão ambiental do Estado a fim de viabilizar as políticas de gestão ambiental.</p>
Governo Estadual		<p>Conflitos: (→) Parte dos técnicos do órgão ambiental estadual é contra a manutenção das populações tradicionais dentro das unidades de conservação. O Governo Estadual considera inadequada a instalação de grandes empreendimentos turísticos em área de proteção integral e questiona postura da Prefeitura que incluiu essa possibilidade no PDOT.</p> <p>Alianças: (→) Parte dos técnicos do órgão ambiental estadual é a favor da manutenção das populações tradicionais dentro das unidades de conservação. Não chega a haver ruptura, pois o órgão tem posição oficial a favor da manutenção das populações tradicionais. Contudo, no contato com Mônicos do grupo minoritário ocorre conflito entre esses e os residentes. Atua em aliança com a prefeitura e com o Governo Federal na gestão ambiental.</p>
Administração Municipal		<p>Conflitos: (→) Não dá a atenção devida aos residentes no momento de elaboração do Plano Diretor. Adota política diversa do Governo Estadual em relação aos usos e ocupações da ilha.</p> <p>Alianças: (→) Atua em aliança com os governos federal e estadual na gestão ambiental. Procura suprir os residentes dos serviços públicos de forma adequada. Está alinhada com os grandes empresários do turismo em relação às propostas de expansão dessa atividade na ilha.</p>

Quadro 1. Classificação de atores e descrição das interações (continuação)

ATOR	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DE INTERAÇÕES E RELACIONAMENTOS
População Local		<p>Conflitos: (→) Considera um risco à sobrevivência da comunidade a possibilidade de implantação de grandes empreendimentos turísticos na região. Enfrenta a resistência da parte dos técnicos do órgão ambiental estadual, contrária à manutenção das populações tradicionais dentro das unidades de conservação. Sofre com a falta de atenção da Prefeitura no momento de elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.</p> <p>Alianças: (→) Procura contar com o apoio do Governo Federal que tem patrocinado a manutenção da habitabilidade das comunidades tradicionais até que se chegue à solução definitiva do conflito. Conta com a solidariedade de parte dos técnicos do órgão ambiental estadual, que é a favor da manutenção das populações tradicionais dentro das unidades de conservação. Possui forte interrelação com a Prefeitura, responsável pela disponibilização de serviços públicos de qualidade e em quantidade adequada.</p>
Turistas		<p>Alianças: (→) Têm sido responsáveis pela dinamização da economia local pela expansão do turismo de base comunitária. Estima-se elevada a demanda potencial por empreendimentos turísticos de maior porte na região.</p>
ONGs		<p>Conflitos: (→) Têm atuado na tentativa de conversão de unidades de proteção integral em unidades de conservação de uso sustentável, em contraponto ao estatuto jurídico vigente.</p> <p>Alianças: (→) Buscam, junto à sociedade local, revivir a cultura popular. Contribuem para a consolidação das unidades de conservação, a exemplo do apoio à construção da sede da Reserva Biológica do Praia do Sul.</p>
Grandes empresários do turismo		<p>Conflitos: (→) Enfrentam a oposição dos governos federal e estadual, que consideram inadequada a instalação de grandes empreendimentos turísticos em área de proteção integral. Não <u>encontram</u> apoio nos residentes, que consideram um risco à sobrevivência das comunidades a implantação de grandes empreendimentos turísticos na região.</p> <p>Alianças: (→) Estão alinhados com a prefeitura em relação às propostas de expansão da atividade turística na ilha.</p>

Latente

Atuante

Influência Direta

Influência Indireta

Determinante

Participativo

Seguidor

Beneficiários

Executores

Baixa Influência

Média Influência

Alta Influência

Conflitos - principais vetores

A vila, como não poderia deixar de ser, é marcada por um mar de pequenos conflitos. O mapa permite localizar três, que aqui se destacam por sua importância presente e provavelmente futura.

* **Conflitos entre INEA e população local** - o Instituto Estadual do Ambiente tem a competência de gerir as unidades estaduais de conservação. A Ilha Grande, como citado, é repleta de unidades de proteção integral

que, segundo o SNUC, são unidades onde a presença do homem deve ser evitada e permite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais. Essa é a base e o motivo do conflito entre o órgão ambiental estadual e as populações "tradicionais" residentes na Vila do Aventureiro. De um lado, o INEA, que embora posicione-se formalmente pela manutenção da habitabilidade da área, tem entre seus membros considerável número de profissionais

que defendem a retirada dessas comunidades das unidades de proteção integral e, de outro, os residentes argumentam que a natureza só foi preservada ali até esse momento devido à sua presença.

* **Conflitos entre INEA e grandes empresários do setor turístico** - embora ainda latente, há um conflito que se desenha no horizonte próximo entre o INEA e os grandes empresários do setor do turismo que têm interesse na exploração econômica do turismo, implantando resorts e grandes hotéis.

* **Conflitos entre população local e grandes empresários do setor turístico** - os residentes não vêem com bons olhos o interesse dos grandes grupos turísticos de se instalarem na região. Entendem que a chegada dos grandes grupos vai acabar expulsando-os da região, seja pela oferta de "um bom dinheiro" por suas terras ou pelo fato de que não conseguirão competir com eles.

Registre-se que o primeiro conflito é aquele que perpassa o dia a dia dos moradores e constitui sua vivência central. Os dois seguintes são conflitos latentes, que reúnem um ator apenas anunciado, mas ainda não presente. No entanto, sua presença como possibilidade condiciona o desenvolvimento do conflito atual e central da vila. É como se a possibilidade do futuro condicionasse a gestão do presente.

A análise do mapa permite sugerir que o conflito entre população e órgão ambiental para permanecer na área (conflito manifesto) é sobredeterminado pelo conflito latente entre o órgão ambiental e o industrialismo turístico. No entanto, ambos se opõem à presença da população. O primeiro querendo o predomínio da legislação que impede a presença de população em áreas de proteção integral, e o segundo expulsando-a na medida em que o turismo de grandes

negócios se instala, as grandes empresas adquirem as terras e os moradores são obrigados a se deslocarem ou partirem. Ambientalistas nos órgãos estatais e na sociedade, com a maioria da população local, por sua vez tentam criar uma alternativa que seja nem o preservacionismo puro e simples, nem o industrialismo do turismo. Apontam uma alternativa de preservação da natureza e manutenção da população local por meio de um turismo ecológico, de visitação e apreciação da natureza. Para isso será necessário uma redefinição jurídica da unidade de conservação: de reserva biológica para reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), na medida em que neste caso a ocupação não se pode dar de forma desordenada e a população local, com apoio do estado pode ajudar na preservação da natureza, sem necessitar de se deslocar.

Conclusão

Em síntese, tem-se um cenário bastante peculiar na Vila do Aventureiro, que replica diversas interações e conflitos em uma dimensão mais restrita.

A cena principal, aparentemente, fica caracterizada por duas posições polarizadas: conservação das UCs, com expulsão da população local versus mudança da natureza das UCs com manutenção da população local. No entanto, essa disjunção em grande medida está condicionada por outra, cuja presença é apenas anunciada: preservação ambiental x exploração da indústria do turismo. Essas posições, que são excludentes, se somam na intenção de expulsar os moradores nativos da Vila, uma de forma explícita e outra implícita. Contrastam essas posições com uma terceira, de centro, que busca uma solução que atenda tanto à preocupação com a inclusão social quanto à garantia da sustentabilidade ambiental. Neste caso, com

rejeição pela exploração do turismo por grandes negócios.

Recentemente, têm sido realizados debates visando à recategorização da Vila do Aventureiro no processo de alteração da classificação da Reserva Biológica da Praia do Sul. Nesses debates, têm-se buscado, por meio de um processo participativo de discussão (poder público, ONGs, turistas, pesquisadores e residentes) e por decisão dos residentes caracterizar a Vila do Aventureiro como um espaço da Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios ou como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Para Madeira Filho e Hagino, a primeira opção (APA) concede aos residentes o título da terra, mas alimenta a especulação imobiliária e desperta o interesse de grandes grupos da indústria do turismo, colocando em risco a existência da própria comunidade. Já na segunda opção (RDS), a reserva os protegeria dos grandes empreendimentos imobiliários, mas a titularidade da terra pertenceria ao poder público (Madeira Filho et Hagino, 2008, p. 7), limitando sua capacidade econômica.

De qualquer forma, o debate em torno da reclassificação da Reserva Biológica da Praia do Sul envolvendo os atores mais influentes nos conflitos socioambientais observados na Vila do Aventureiro aponta para a busca de uma solução harmônica e negociada.

Nesse sentido, a gestão dos conflitos apresentados estaria sendo pautada pela convergência de posturas e atitudes rumo a um ponto central, distante das posições polarizadas defendidas por preservacionistas e industrialistas, mas capaz de garantir um desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável.

Referências bibliográficas

- ASSAD, L. T. Tradição - Modernidade - Sustentabilidade. Icapuí - CE: os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade. Tese de doutorado, UnB/CDS, Brasília: Brasil, 2002.
- ASSAD, L. T.; LITRE, G.; NASCIMENTO, E. P. A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais. Brasília; IABS e Abaré, 2009.
- FERREIRA, H. C. H. Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro - Ilha Grande (RJ). Dissertação de mestrado, UFRRJ., Rio de Janeiro: Brasil, 2004.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/gramatica.jhtm>. Acesso em: 31 jan. 2009.
- LEUZINGER, M. D. Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. Tese de doutorado, UnB/CDS., Brasília: Brasil, 2007.
- MACHADO, L. O. Angra dos Reis: porque olhar para o passado? Convênio Furnas/UFRRJ. Rio de Janeiro, RJ. 1995. Disponível em <http://acd.ufrrj.br/fronteiras/trabtec/angra95.htm>. Acesso em: 31 jan. 2009.
- MADEIRA FILHO, W. et. HAGINO, C. H. M. S. Uma análise situacional dos debates relativos à recategorização da vila do aventureiro no processo de alteração da reserva biológica da praia do sul, na Ilha Grande, em angra dos reis (RJ). IV Congresso Nacional da ANPPAS, Brasília: Brasil, 2008.
- MATTEUCCI, M. B. A. Hóspedes de si mesmos: um estudo sócio-ambiental sobre a unidade de conservação Parque Estadual de Terra Ronca, GO. Tese de

- doutorado, UnB/CDS., Goiânia: Brasil, 2003.
- MENDONÇA, T. C. M. et IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo, v.4, n.4, p. 12-22, 2004.
- MENDONÇA, T. C. M. O povo do Aventureiro (Ilha Grande, RJ) e modelo local de turismo: uma transgressão aos novos sistemas de valores impostos. Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Fortaleza: Brasil, 2008. Disponível em <http://espanhol.sits2008.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/O%20POVO%20DO%20AVENTUREIRO.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2009.
- NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual In BURSZTYN, M. A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- PMAR, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - RJ. Diretrizes para a Elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis, Angra dos Reis: Brasil, 2002.
- PRADO, R. M. "Depois que entrou o IMBAMBA": percepção de questões ambientais na Ilha Grande. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação", Brasília: Brasil, 2000. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/dan/F.3-22RBA/sessa01/manhaesprado.rtf>. Acesso em: 31 jan. 2009.
- SACHS, I. Primeiras intervenções. In: NASCIMENTO, E. P. et VIANNA, J. N. (Orgs.) Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007. p.21-41.
- SIMMEL, G. Le conflit. Paris: Circe, 1995.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	22-abr-2009
Envio ao parecerista:	02-mar-2010
Recebimento do parecer:	30-mar-2010
Envio para revisão do autor:	14-mai-2010
Recebimento do artigo revisado:	06-jul-2010
Aceite:	3-ago-2010

ANEXO:

Quadro de atributos das Unidades de Conservação de Angra dos Reis - RJ

	Categoria	Área (ha)	Ato de criação	Ecosistemas relevantes	Observações	Plano Diretor e/ou de Manejo	Conselho Gestor
Parque Estadual da Ilha Grande		12.052	Decreto Estadual nº 15.273, de 26 de junho de 1971	Mata Atlântica, restinga, manguezal, campos inundáveis (brejo); costão rochoso, lagunar			
Reserva Biológica de Praia do Sul	Unidade de Proteção Integral	3.000	Decreto nº 4.972, de 02/12/81.	Mata Atlântica, restinga, lagunar, manguezal, campos inundáveis (brejo), costão rochoso.	Ocorrência de sítios arqueológicos	Possui Plano de Manejo	Não possui Conselho Gestor
Área de Proteção Ambiental de Tamoios	Unidade de Uso Sustentável	90.000	Decreto nº 9.452 de 05/12/86	Mata Atlântica, Restinga, manguezal, costão rochoso.		Plano Diretor aprovado - Decreto nº 20.172, de 1/07/1994	Conselho Gestor em implantação
Reserva Biológica da Ilha Grande	Unidade de Proteção Integral	20.000	Decreto nº 9.728, de 06/03/87.	Mata Atlântica, restinga, manguezal, campos inundáveis (brejo); costão rochoso, lagunar	Ocorrência de sítios arqueológicos	Não possui Plano de Manejo	Não possui Conselho Gestor
Estação Ecológica Tamoios	Unidade de Proteção Integral	21.438	Decreto nº 98.864 de 23/11/90	Zona Costeira			
Parque Estadual Marinho do Aventureiro	Unidade de Proteção Integral	1.300	Decreto nº 15.963, de 27/11/90	Costão rochoso; marinho		Não possui Plano de Manejo	Conselho Gestor em implantação

Fonte: INEA/RJ e ICMBio (Adaptado pelos autores a partir de informações disponíveis em www.inea.rj.gov.br) e www.icmbio.gov.br